



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
POLICLÍNICA MILITAR DE PORTO ALEGRE

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA /
EXÉRCITO BRASILEIRO / COMANDO DA 3ª REGIÃO
MILITAR / POLICLÍNICA MILITAR DE PORTO
ALEGRE

CONTRATADO: **PSA: MICHELE MORAES CABRAL**

OBJETO: Prestação de serviços de assistência em
saúde em Psicologia

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA: 28/04/2026 à 28/04/2027

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por
preço unitário.

PROCESSO Nº 64658.004974/2026-68

CONTRATO Nº 19/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 85/2026

A União, entidade de direito público interno, por intermédio da Policlínica Militar de Porto Alegre, órgão do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Avenida João Pessoa nº 651, Bairro Cidade Baixa, Porto Alegre-RS, CEP 90040-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.544.774/0001-58, representada neste ato por seu Ordenador de Despesas, Coronel Médico FERNANDO RAMIRES GOUVEIA ALVES, CPF nº 805.818.114-53, nomeado conforme Portaria – C Ex nº 730, de 23 de maio de 2024, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Profissional de Saúde Autônomo(a) PSA: **MICHELE MORAES CABRAL**, CPF nº 423.025.870-49, CRP 07/05515, com consultório situado à Rua Felipe Camarão nº 751, sala 304, bairro do Bom Fim CEP 90.035-141, telefone (51) 998070795, doravante denominado **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado, nos termos da seguinte legislação infraconstitucional constante do Edital de Credenciamento, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

1.1. A finalidade deste Contrato é garantir aos militares da ativa, da reserva ou reformados, pensionistas e seus dependentes e Servidores Cíveis do Exército Brasileiro (ativos e inativos) e dependentes diretos e indiretos, nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de profissional de saúde autônomo, prestação de serviço de saúde, na especialidade de PSICOLOGIA, devidamente reconhecida por parte do respectivo órgão federal da profissão e regulamentada por lei.

1.2 Tem como objeto deste contrato os seguintes procedimentos:

1.2.1. Sessão de psicoterapia atendimento integrado

1.2.2. Sessão de psicoterapia de casal

1.2.3. Sessão de psicoterapia de família

1.2.4. Sessão de psicoterapia de grupo

1.2.5. Sessão de psicoterapia familiar, com os pais

1.2.6. Sessão de psicoterapia individual

1.2.7 Sessão de psicoterapia infantil (até 12 anos)

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital

2.1. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 01/2024 (Edital de Chamamento 18/2024 - PNCP), da Policlínica Militar de Porto Alegre, de 30 de outubro de 2024, do qual é parte integrante, bem como seus anexos e atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do fundamento legal

3.1. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, IV, e 79, I e II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução

4.1. As condições gerais de execução dos serviços constam da Seção 7 “DO REGIME DE EXECUÇÃO”, edital de credenciamento, observadas as regras especiais abaixo registradas.

4.2. Para atendimentos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO será responsabilidade do beneficiário.

4.3. Nos casos de atendimento nas áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e psicologia, o encaminhamento deverá ser efetuado, prioritariamente, por médico militar, depois de verificado o parecer do médico especialista e quando esgotados todos os recursos existentes nas OMS.

4.4. Os serviços, objeto do presente contrato, serão prestados pessoalmente por parte do profissional ora CONTRATADO.

4.5. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de, pelo menos, um dos membros da equipe de Auditores do CONTRATANTE às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes; assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

4.6. O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, documentos médico-legais, justificativas para exames e quaisquer outros documentos pertinentes segundo as normas de regulamentação vigentes.

4.7. A solicitação de exame ou procedimento coberto pelo FuSEx/SAMMED/PASS, decorrente de atendimento realizado será, obrigatoriamente, precedida de análise por médico militar ou serviço de auditoria das UAt, que decidirá pela sua autorização ou negação.

4.8. É vedada a prescrição de exames em bloco ou daqueles que partam da iniciativa do próprio usuário, conforme estabelece o art. 10 da Portaria nº DGP-48/2008.

4.9. Os beneficiários do FuSEx/SAMMED/PASS têm direito a cobertura ou financiamento de órteses e próteses não odontológicas, nos termos das Portaria nº DGP-48/2008 (IR 30-38) e Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57), indenizáveis de acordo com o Anexo A das respectivas portarias, após a indispensável indicação de médico especialista, devidamente justificada por meio de relatório e exames especializados, e aprovada por médico militar.

4.9.1. A cobertura acima indicada inclui órteses e próteses nacionais, registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inerentes e ligadas diretamente ao ato cirúrgico eletivo, submetido ao parecer da Comissão de Ética;

4.9.2. Ao beneficiário do FuSEx/SAMMED será permitida a utilização de órteses e próteses não odontológicas por importação, quando não houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento e estará condicionada à autorização prévia do DGP, ouvida a Diretoria de Saúde (DSau), conforme art. 28 da Portaria nº DGP-48/2008 (IR 30-38).

4.10. Os tratamentos não cobertos pelo sistema FuSEx/SAMMED/PASS, conforme o Anexo M do edital, não se incluem na presente contratação.

4.10.1. Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, procedimento, material e afins.

4.11. Nos casos de internação, o CONTRATADO deverá solicitar autorização prévia da UG FuSEX / Policlínica Militar de Porto Alegre, conforme o modelo do Anexo I deste

Termo do Contrato.

4.12. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado em Boletim Interno da Policlínica Militar de Porto Alegre. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

4.13. O Serviço de Auditoria da Policlínica Militar de Porto Alegre possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

4.14.1 Para os casos de tratamento em OCS ou PSA, ficam estabelecidos os limites de cobertura de cada área profissional conforme estabelece o art. 38 da Portaria- DGP/C Ex Nº 508, de 12 de novembro de 2024 (EB30-IR-20.038):

I - psicomotricidade, fonoaudiologia, equoterapia e terapia ocupacional, até 10 (dez) sessões, por área, em um período de 30 (trinta) dias;

II - fisioterapia, até 10 (dez) sessões, por área, em um período de 30 (trinta) dias;

III - para a área de psicologia e psicopedagogia, até 5 (cinco) sessões em um período de 30 (trinta) dias; e

IV - número máximo de 200 (duzentas) sessões dentro de cada área profissional, para o total do tratamento em regime ambulatorial.

§1º Quando o paciente necessitar de tratamento de reabilitação que envolva mais de uma área profissional, serão considerados os limites relativos a cada especialidade, separadamente.

4.14.2. Nos contratos a que se referem os subitens 4.14.1 e 4.14.2, ficam fixados em 50 (cinquenta) minutos o tempo de duração de cada sessão, nas diferentes áreas de atendimento, conforme estabelece o art. 38 da Portaria- DGP/C Ex Nº 508, de 12 de novembro de 2024 (EB30-IR-20.038).

4.14.3. Caso o usuário necessite de sessões acima do permitido nos subitens 4.14.1 ocorrerá o desconto integral em face do titular;

4.14.4. Para as Necessidades Especiais nas áreas de psicologia, psicomotricidade, fonoaudiologia, equoterapia, psicopedagogia, terapia ocupacional, fisioterapia e terapias especiais, através dos métodos de ABA / PAD (Applied Behavior Analysis / Programa de Aprendizagem e Desenvolvimento), Bobath, PROMPT (Prompts for Restructuring Oral Muscular Phonetic Targets), PECS (Picture Exchange Communication

System), CME (Cuevas Medek Exercises), TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children), SCERTS Model, Terapia de Integração

Sensorial e TheraSuit, caberá ao médico especialista prescrever o tipo de reabilitação, número de sessões e a duração do tratamento, além de ser homologada pela Comissão de Ética Médica da CREDENCIANTE. O tempo de duração de cada sessão, será de 40 minutos, no mínimo, nas diferentes áreas de atendimento das referidas terapias complementares;

4.14.5. Modificações no tratamento requerem a apresentação de novo Plano de Tratamento, com justificativa, o qual será considerado autorizado quando da emissão de nova Guia de Encaminhamento. O novo Plano de Tratamento será submetido a análise prévia pela CREDENCIANTE, ficando a critério desta autorizar a continuidade do tratamento com a CREDENCIADA ou não

4.15. As Guias de Encaminhamento do beneficiário que estiver iniciando o tratamento de fisioterapia constarão, além do código para reabilitação, um código para avaliação. O código será estabelecido com o diagnóstico do médico especialista:

4.15.1. As guias de encaminhamento conterão o número de sessões autorizadas dentro de cada área;

4.16. No caso de óbito ocorrido com paciente internado, o CONTRATADO notificará, de imediato, a família do paciente e o Fundo de Saúde do Exército (FuSEx) da Policlínica Militar de Porto Alegre, através do correio eletrônico fusex@pmpa.eb.mil.br, telefone (51) 3254-3536 - Divisão de Medicina, e através do telefone nº (51) 99971-8011 – Auxílio-funeral da 3ª Região Militar, a quem caberá tomar as providências subsequentes.

4.17. O abandono do tratamento realizado, pelo beneficiário, implicará o término da autorização para o procedimento e na indenização do serviço já prestado.

4.18. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado em Boletim Interno da Policlínica Militar de Porto Alegre. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

4.19. O Serviço de Auditoria da Policlínica Militar de Porto Alegre possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

4.20. O CONTRATADO deverá obedecer a Resolução nº 387/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Fisioterapêuticos nas diversas modalidades prestadas pelo fisioterapeuta e dá outras providências.

CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento

5.1. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o Anexo A do Edital - Referencial de Preços da Policlínica Militar de Porto Alegre, constante do edital de credenciamento.

5.2. Registrem-se abaixo regas de contraprestação específicas a este tipo de contrato:

5.3. O CONTRATADO acolherá por contraprestação os pacotes de prestação de serviços – Anexo A do Edital - Referencial de Preços da Policlínica Militar de Porto Alegre – que conjuguem avaliação, prescrição e acompanhamento com acomodações (hotelaria), taxas hospitalares, instrumental cirúrgico, gasometria, equipamentos e outros serviços especiais para a efetivação do tratamento proposto.

5.4. Os serviços serão remunerados com base nos valores constantes no Referencial de Preços da Policlínica Militar de Porto Alegre, anexo ao edital de credenciamento.

5.5. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tenha sido encaminhando por parte da UG-FuSEx Policlínica Militar de Porto Alegre, acompanhado da Guia de Encaminhamento, com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

5.5.1. No caso de comprovada urgência e(ou) emergência o beneficiário poderá ser atendido independentemente de encaminhamento, mediante assinatura de um “Termo de Compromisso” pelo beneficiário ou dependente, se comprometendo a levar a Guia de autorização, no período de até 48 horas, conforme modelo do Anexo III deste Contrato.

5.5.2. No caso do atendimento de Fator de Custos, o encaminhamento dar-se-á por médico militar.

5.6. Procedimentos não especificados na(s) Guia(s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

5.7. Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

5.8. O CONTRATADO se obriga a apresentar ao CONTRATANTE, entre o 1º (primeiro) e o 5º (quinto) dia do mês subsequente, no Setor de Auditoria de Contas Médicas da Policlínica Militar de Porto Alegre, de segunda a sexta-feira entre 07h 30min às 12h 30min, a fatura em 02 (duas) via de igual teor relativos aos atendimentos prestados no mês anterior em nome da Policlínica Militar de Porto Alegre, Unidade Gestora do Fundo de Saúde do Exército, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Encaminhamento do SAMMED/FuSEx/PASS com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis, a relação de materiais e medicamentos gastos relativos aos atendimentos prestados no mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da Guia de Encaminhamento, nome do usuário, número do documento de identidade, número de matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, número de matrícula no cadastro de beneficiários do FuSEx (número de cartão FuSEx,

composto pelo Código de Pessoal – PREC/CP – mais sequência familiar), se militar contribuinte do FuSEx, código das tabelas acordadas, valor em R\$ (reais) e relatório de conferência (espelho) e uma ficha de controle de procedimentos.

5.8.1. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução;

5.8.2. O CONTRATADO deverá apresentar, separadamente, as faturas de despesas dos beneficiários do FuSEx, de Servidores Cíveis, de usuários de Fator de Custos e dos pacientes que evoluíram ao óbito;

5.8.3. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, organizados por despesas com consultas e emergência/urgência;

5.8.4. O CONTRATANTE restituirá a documentação supracitada, se a mesma apresentar rasuras, incorreções ou outros vícios de forma em até 30 (trinta) dias do respectivo protocolo;

5.8.5. Aceita a documentação, dentro do prazo acima fixado, a mesma será recebida por meio de termo circunstanciado assinado pelas partes.

5.9. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o edital.

5.9.1. O Setor de Auditoria de Contas Médicas da Policlínica Militar de Porto Alegre possuirá o prazo de 10 dias, para apresentar relatório de glosa, contado a partir do término do prazo do subitem 5.8.4.

5.9.2. O CONTRATADO poderá interpor pedido de reconsideração, nos termos do art. 165, II, da Lei nº 14.133, de 2021, contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, conforme o Índice de Glosa do Anexo II deste contrato, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis.

CLÁUSULA SEXTA – Da atualização dos preços

6.1. O critério de atualização dos preços contratados consta do Capítulo 9 “DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS” do edital de credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência

7.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos limitados a 120 (cento e vinte) meses de acordo com os artigos 107 e 108 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária

8.1. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato serão os seguintes:

8.1.1. Para OCS: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037 – 0250270013 - 0100000000, Programa de Trabalho Resumido 025146 – 031781 - 031778, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno D8SACIVOCOSA-PASS - OCS/C – Fex, D8SACIVCONS-PASS - OCS/C – Fex, D8SAECBOCSA-ECB - Ex Cmb OCS/C, D8SAFCTCONS-FC – OCS/C, D8SAFCTOCSA-FC – OCS/C, D8SAFUSCONS-FUSEX OCS/C, D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C e D8SAECBCONS-ECB - Ex Cmb OCS/C.

8.1.2. Para PSA: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037 – 0250270013 - 0100000000, Programa de Trabalho Resumido 025146 – 031781 - 031778 e Natureza de Despesa 339036 e Plano Interno D8SACIVPRSA-PASS - PSA – Fex, D8SACIVCONS-PASS - PSA – Fex, D8SAFCTCONS-FC – PSA, D8SAFCTPRSA-FC – PSA, D8SAFUSCONS-FUSEX PSA, D8SAECBPRSA-ECB - Ex Cmb PSA, D8SAFUSPRSA-FUSEX PSA e D8SAECBCONS-ECB - Ex Cmb PSA.

CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil

9.1. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

9.2. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

9.3. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções

10.1. As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 – “DAS SANÇÕES” – do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 – “DA RESCISÃO” - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante

12.1. As obrigações constam da Seção 10 – “OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE” – do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado

13.1. As obrigações constam da Seção 11 – “OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS” – do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da negação de remuneração a militares

14.1. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do valor do contrato

15.1. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos doze meses pela Policlínica Militar de Porto Alegre, nos contratos anteriores firmados com pessoas físicas, na área de saúde, da respectiva especialidade.

15.2. O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato;

15.3. O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período;

15.4. O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, observado que inexistirá expectativa de direito quanto ao valor estimado.

15.5 Para efeito estimativo, o valor do contrato de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em 120 (cento e vinte) meses, e, de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Obrigações pertinentes à LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses

permitidas em Lei.

16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do foro

17.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o da Justiça

Federal de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Porto Alegre/RS, na data da assinatura eletrônica.

CONTRATANTE:

FERNANDO
RAMIRES GOUVEIA
ALVES:80581811453
3
Assinado de forma digital por FERNANDO RAMIRES GOUVEIA
ALVES:80581811453
FERNANDO RAMIRES GOUVEIA ALVES – Ten Cel
Ordenador de Despesas da PclinMPA

Documento assinado digitalmente
 CACIO GLOGER CARDOSO
Data: 27/04/2026 08:21:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CÁCIO GLOGER CARDOSO – Cel PTTC
Chefe do FuSEx

CONTRATADO(A):

MICHELE MORAES
CABRAL:42302587049
9
Assinado de forma digital por MICHELE MORAES CABRAL:42302587049
Dados: 2026.04.23 14:27:52 -03'00'
MICHELE MORAES CABRAL
CPF nº 423.025.870-49
Responsável Legal

TESTEMUNHAS:

Documento assinado digitalmente
 THIAGO VALENTE PIAZZA
Data: 27/04/2026 07:14:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>